



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, 2020. (Da senhora Erika Kokay)

Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 5.238, de 2020.

Senhor Presidente:

Requeiro que o **Projeto de Lei nº 5.238, de 2020** (*Altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para vedar uso de linguagem ou material que afete a dignidade das partes ou testemunhas nos atos processuais e o Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para instituir o tipo penal violência institucional no curso do processo.*), passe a tramitar sob o regime de urgência, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno.

Sala das sessões, 24 de novembro de 2020.

**Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF**

Apresentação: 25/11/2020 18:33 - Mesa

REQ n.2791/2020

Documento eletrônico assinado por Erika Kokay (PT/DF), através do ponto SDR\_56407, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



\* C D 2 0 5 9 8 7 4 8 5 4 0 0 \*



## **Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)** **(Do Sr. Erika Kokay)**

Requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº 5.238, de 2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD205987485400, nesta ordem:

- 1 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 2 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 5 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 6 Dep. Waldenor Pereira (PT/BA)
- 7 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 8 Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)
- 9 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 10 Dep. João Daniel (PT/SE)
- 11 Dep. Arthur Lira (PP/AL) - LÍDER do Bloco PL, PP, PSD, SOLIDARIEDADE, AVANTE
- 12 Dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC) - LÍDER do PCdoB      \*-(p\_7253)
- 13 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - LÍDER do PSOL      \*-(p\_6337)
- 14 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB      \*-(P\_7175)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.